

Concurso Público
EDITAL n. 1/2007- TJMG 2ª Instância

TÉCNICO JUDICIÁRIO/TÉCNICO JUDICIÁRIO
Código 219

PROVA DE REDAÇÃO

CADERNO 1
ORIENTAÇÕES GERAIS

1. Para a elaboração da **Prova de Redação**, você está recebendo dois cadernos:
 - **CADERNO 1** – contém as orientações gerais, as instruções específicas para a elaboração da Prova de Redação, os critérios de avaliação e a folha de rascunho.
 - **CADERNO 2** – contém a folha de identificação e as folhas em que a forma final da redação deverá ser escrita.
2. Preencha com cuidado, **A TINTA**, a folha de identificação que se encontra no **CADERNO 2**:
 - transcreva seu número de inscrição;
 - escreva seu nome em letra de forma;
 - assine no espaço apropriado.
3. **NÃO SE IDENTIFIQUE NAS FOLHAS EM QUE VOCÊ ESCREVERÁ A FORMA DEFINITIVA DA REDAÇÃO NO CADERNO 2.**
4. A prova que apresentar qualquer sinal ou que contiver expressão que possibilite a identificação do candidato **será anulada** e a ela se atribuirá a nota **0 (zero)**.
5. Ao terminar a prova, entregue ao aplicador o **CADERNO 2**, com a folha de identificação e a redação.

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

**O PERÍODO DE CINCO HORAS DE PROVAS INCLUI O TEMPO
PARA ELABORAR A REDAÇÃO**

PROVA DE REDAÇÃO

1. A redação deve ser escrita com **tinta azul** ou **preta**, letra **legível**, e conter, **no mínimo, 30 (trinta)** e, **no máximo, 35 (trinta e cinco) linhas**, evitando-se rasuras.
2. Utilize o padrão culto formal da Língua Portuguesa.
3. A versão definitiva da redação ou a sua transcrição (caso tenha sido feita em rascunho) deverá ser registrada no espaço destinado a essa finalidade no **CADERNO 2**.
4. Leia cuidadosamente o enunciado seguinte e faça o que é solicitado.

Costuma-se dizer que a justiça que tarda é sempre falha.

A Emenda à Constituição n. 45/2004 trouxe inovação no campo da tutela constitucional do processo mediante introdução do inciso LXXVIII ao art. 5º da Constituição da República, cuja redação é:

“Art. 5º

.....

LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

Tendo em vista a alteração constitucional, elabore uma **DISSERTAÇÃO** em que sejam abordados os seguintes tópicos:

- a) contexto fático;
- b) natureza jurídica da proteção constitucional;
- c) conteúdo, abrangência e eficácia;
- d) correlação do tema com o princípio do processo legal e ainda com a missão e os valores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

ATENÇÃO

- Na avaliação da redação, não se levará em conta a posição assumida pelo candidato, mas, sim, a capacidade de argumentação e a relevância dos argumentos usados.
- A transcrição parcial ou total das instruções acima, inclusive do dispositivo constitucional, não será considerada para efeito de contabilização do número de linhas.

Critérios de avaliação da redação – Capítulo XII, item 3 do Edital.

À Prova de Redação serão atribuídos 100 (cem) pontos, assim distribuídos:

- a) 50 (cinquenta) pontos referentes ao conteúdo, em que serão avaliados o encadeamento lógico das idéias, a argumentação e a pertinência ao tema.
- b) 50 (cinquenta) pontos referentes à parte instrumental, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela V

Itens	Valor	Desconto por erro
estruturação de período, coerência e coesão	8 pontos	1,0
sintaxe (regência, concordância, colocação pronominal)	12 pontos	1,0
pontuação	12 pontos	1,0
propriedade ou adequação de vocabulário	10 pontos	1,0
ortografia (inclusive acentuação gráfica)	8 pontos	1,0